


SAÚDE COLETIVA E SABERES INTERDISCIPLINARES

 Zuleide Fernandes de Queiroz¹

Quando optamos pela concepção teórico-metodológica do conceito de saúde coletiva, entendida como “[...] uma área de conhecimento multidisciplinar construída na interface com os conhecimentos produzidos pelas ciências biomédicas e pelas ciências sociais”¹, com a possibilidade de investigações acerca dos determinantes da produção social das doenças e tendo em vista o planejamento e a organização dos serviços de saúde¹, adentramos em referenciais que são fundantes para que a concretude de uma política pública para além do que vínhamos construindo em tempos atrás.

Estamos tratando de uma área que na sua natureza e raiz se ancora em uma construção de saberes e práticas educativas para além do saber oficial, por exemplo, presente nos livros didáticos. Trago aqui a contribuição de Tardif² para nosso entendimento sobre a existência de muitos saberes. O autor fala da necessidade de valorizar a pluralidade e a heterogeneidade do saber, aqui falando com docentes, que são os responsáveis diretos pela formação na escola/universidade. Fala da importância dos saberes da experiência, do vivido, do testado em cada momento em que vou tentando resolver situações à nossa frente, em especial no espaço profissional. Sua especial contribuição é quando apresenta características dos saberes profissionais a partir de uma “[...] *epistemologia da prática profissional dos professores*, compreendida como o estudo do conjunto dos saberes utilizados realmente pelos profissionais em seu espaço de trabalho cotidiano para desempenhar todas as suas tarefas”³.

Este contexto nos permite falar assim da temática “saúde e saberes interdisciplinares” tomando como referência a diversidade necessária para na área de saúde adentrar nas mais diversas interseccionalidades que hoje o estudo científico nos provoca, para dar conta de um mundo diverso em relação especial as questões de gênero e étnico-raciais.

Não é muito recente, por exemplo, que no Brasil, os estudos sobre a saúde da população negra e a saúde da população LGBTQIAP+, pois já na década de 1990, o Brasil, através do Ministério da Saúde, publicou o documento “Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - uma política do SUS”, publicado em 2010.

De lá para os dias atuais vamos completar vinte e quatro anos em que esperamos o enraizamento desta política em todos os espaços e com direito a financiamento para que esta política não passe a ser letra morta, ou seja, não ou pouco conhecida pelos profissionais da saúde e sem, por parte dos usuários, o entendimento das especificidades necessárias para o cuidar de si e dos seus.

No mesmo caminho, em 2013, o Ministério da Saúde publicou o documento “Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”. A importância em se debruçar para conhecimento e práticas interdisciplinares que atentam nossa população na sua diversidade poderá tirar o Brasil deste triste resultado de violência, ocorrido em 2023. Segundo o Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil⁴, 257 pessoas LGBTQIAP+ tiveram morte violenta no Brasil, significando que, a cada 34 horas, uma pessoa LGBTQIAP+ perdeu a vida de forma violenta no país, que se manteve no posto de mais homotransfóbico do mundo em 2023.

O que queremos refletir neste valioso espaço de produção de conhecimento? Um convite a conhecer o Brasil profundo, na sua relação com o que consideramos, na política pública de vulneráveis, uma maioria esmagadora que todos os dias está nas filas dos equipamentos do SUS na esperança de ser bem entendida por nós.

REFERÊNCIAS

1. Fundação Oswaldo Cruz. Observatório Juventude C&T. [citado 19 de março de 2024]. Disponível em: <http://www.juventudect.fiocruz.br/saude-coletiva>.
2. Tardif, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.
3. Almeida PCA de, Biajone J. Saberes docentes e formação inicial de professores: implicações e desafios para as propostas de formação. Educ Pesqui [Internet]. 2007 [citado 19 de abr de 2024]; 33(2): 281–95. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022007000200007>
4. Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil. 2023. [citado 19 de março de 2024]. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/doacao/ong>

¹ Universidade Regional do Cariri. Crato, CE - Brasil. 